

atlas *de* **RELACÕES INTERNACIONAIS**

N.º 18

SURINAME AUTÔNOMO

DELGADO DE CARVALHO

1 — Feições Físicas. 2 — População. 3 — Histórico da Colonização. 4 — Desenvolvimento Econômico. 5 — A Industrialização e sua Política Exterior.

2

PORTUGAL: A COMUNIDADE E SEUS IMPERATIVOS GEO-HISTÓRICOS

THEREZINHA DE CASTRO
Geógrafa do IBG

1 — Expansão e Colonização. 2 — Aspectos Geoeconômicos.
3 — Histórico: Período Republicano. 4 — O Problema do Ultramar. 5 — OTAN e Comunidade

7

Suriname Autônomo

DELGADO DE CARVALHO

1 — Feições Físicas

Em seu meio milhão de quilômetros quadrados os territórios sul-americanos das Guianas representaram fases históricas da colonização européia. É fato notável que eles se destacaram em muito das demais terras do continente ocupadas pelos espanhóis e portugueses. Faltou-lhes a herança semifeudal que os ibéricos implantaram durante séculos na América Colonial e que originou o regime de grande propriedade e latifúndios. O povoamento das Guianas foi, de fato, de minorias; daí sua complexidade étnica considerável, determinando um alto grau de imobilidade social. Embora dotadas de recursos naturais análogos aos das ilhas do Caribe, a densidade demográfica das Guianas manteve-se sempre mais baixa. Culturalmente, a variedade de etnias explica outro contraste marcante com os demais países da América do Sul: cada uma das chamadas Guianas apresentou problemas sócio-econômicos diferentes.

Até 1954, o Suriname, hoje Estado Autônomo da União Neerlandesa, constituiu a *Guiana Holandesa*. É um país de 181 000 km², por conseguinte maior que o Acre, mas menor que o Paraná. Acha-se geograficamente enquadrado entre o Brasil, ao sul e às duas outras Guianas, a leste e oeste. A sua *orla atlântica* mede, aproximadamente, ... 360 km. A planície costeira de 20 a 60 km é baixa e arenosa com dunas, mas tem áreas que se acham *abaixo do nível do mar*, parece destino holandês ocupar áreas abaixo deste nível. A altura da *maré* é de um metro e trinta mais ou menos e para manter canais e valas de água doce dos rios são necessários os *polders* e as *barragens*, co-

nhecidas especialidades dos holandeses, para impedir a invasão das águas salgadas do mar. Além desta zona estendem-se matas, mas predomina pelo interior uma paisagem sertaneja, meio termo entre os *llanos* do Orinoco e nossa caatinga nordestina. O solo é mais favorável às explorações minerais do que às atividades agropecuárias.

O interior meridional do Suriname é constituído por uma parte da vertente norte do *maciço Guianense*, isto é, a continuação do *complexo brasileiro*, de granito e de gnaisse, com camadas superpostas de arenito, erodidas mas com ocasionais blocos do complexo dominando o relêvo. As principais serras deste relêvo são os *montes Kayser*, os *montes Orange*, com maiores altitudes registradas nos *montes Wilhelmina* (cêrca de 1 300 metros); na realidade são ramificações da serra de Tumucumaque, entre as quais correm rios quase paralelos ao mar como o *Corantine*, o *Suriname*, o *Coppename* e o *Maroni*, fronteiras à Guiana Francesa.

As correntes marítimas e os ventos alíseos O-E atuam na foz dos rios que desembocam no Atlântico, formando restingas de areia e desviando os estuários para o oeste. Constituem, entretanto, estes rios, as estradas naturais de penetração, as mais acessíveis. Utilizados para transportes, os negros sertanejos nêles navegam em canoas que permitem subir a grandes distâncias, embora sejam numerosas as cachoeiras na região do maciço guianense do sul surinamita. Barragens têm sido construídas e no rio Suriname já existe o *lago represado de Blommerstein*.

Quanto ao *clima*, pode ser avaliado pelos dados relativos a Paramaribo que se acha sob 5° 49' de latitude sul, isto é, em plena zona tropical e à beira mar. A *temperatura* da capital do Suriname é comparável a de Manaus e Belém. A média anual é de 26° centígrados e a oscilação entre o mês mais quente (setembro ou outubro 27,3°) e o mês mais fresco (março 25,2°) é de cêrca de 2° apenas. As *chuvas* são caracterizadas por duas máximas anuais, em dezembro-janeiro e em março-junho. O total anual é de 2 metros a 2 metros e meio em 200 dias por ano; os meses secos são setembro e outubro, isto é, como na nossa Amazônia (Julius Hann — *Handbuck der Klimatologie* — Vol. II)

2 — População

Sob o ponto de vista demográfico, o povoamento da antiga colônia holandesa oferece um tipo bem complexo de

3 — Histórico da Colonização

colonização De fato, só a grande *variedade de línguas* que são faladas numa área territorial ocupada tão restrita, revela uma situação *sui generis*. A língua oficial é o holandês, mas o inglês é de uso corrente; a língua “franca” do país é o surinamês; o javanês é língua dos numerosos indonésios que lá se fixaram, o mesmo se dando com o chinês, enquanto os indus descendentes de imigrantes das Índias Britânicas para lá levaram o *hindu*. Contingente considerável de indígenas também contribuiu com a diversidade. Segundo as estatísticas do princípio deste século eram as seguintes as etnias da Guiana Holandesa: 50 mil *indígenas*, 20 mil *indus*, 8 mil *indonésios* (javaneses), 5 mil negros, 4 mil *ameríndios* e quase mil *européus*. Atualmente estas condições não têm mudado muito. As fortes proporções de indus e de javaneses são devidas às entradas destes asiáticos em seguida à abolição da escravatura em 1863. Com a Primeira Guerra Mundial, esta corrente imigratória quase que cessou. O elemento africano importado para as plantações, só tem descendentes no interior do país, onde se ocupa da caça, da pesca e de trabalho florestal, sem se misturar aos demais grupos. O mesmo se deu com o elemento ameríndio, que recuou para o interior, onde pratica uma cultura nômade, pequenas indústrias cesteiras e cordoarias ao longo dos rios. Os mulatos que representam cerca de 35½ da população, descendentes dos libertos das plantações, foram se concentrando na região da capital. De fato, ao redor de Paramaribo, que conta 120.000 almas, se localiza cerca de 85% da população do país. O crescimento anual desta população é rápido; atualmente cerca de 50% é formada por menores de 15 anos. Neste último meio século foi o seguinte o *aumento demográfico*:

	habitantes	
1912	95 000	
1921	128 000	dos quais 41 000 na capital
1941	190 000	
1951	230 000	
1961	302 000	dos quais 107 000 na capital
1964	351 000	dos quais 120 000 na capital

A diversidade registrada nas línguas do Suriname acha-se repetida na variedade das religiões praticadas pelos referidos grupos étnicos. Em 1964 os *hinduístas* eram 87 mil, os *muçulmanos* 64 mil, os *católicos* 71 mil, os *luteranos* 17 mil, os *confucionistas* 147 apenas, mas os *moravos* (seita tcheca) não são menos de 54 mil.

A educação surinamesa é muito cuidada; suas 500 escolas contam 113 mil alunos e mais de 3 mil professôres.

As costas das Guianas foram apenas avistadas por Colombo em sua terceira viagem de descobertas; foi porém visitada pelos exploradores depois da lenda do El-Dorado haver chamado a atenção dos europeus. Vários pontos do litoral foram então ocupados temporariamente por ingleses, franceses e holandeses, principalmente nas vizinhanças do delta do Orinoco.

O primeiro contacto que os holandeses tiveram com o território foi em 1598; lá estabeleceram as feitorias do Essequibo e Demerara, fundando *Stabroek*, hoje *Georgetown*.

Em 1652, porém, Carlos II garantia, através de Carta-Patente, a posse da região entre os rios Coppename e Maroni a nobres ingleses de sua corte.

Nos Países Baixos já então se havia formado, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais que explotava a região dos rios Essequibo e Berebice, e colonos zeelandeses se tinham instalado na parte atual da Guiana. Parte do território foi vendido pela Companhia à cidade de Amsterdam.

Coube a Sommelsdijk, concessionário da Companhia, governar às suas próprias custas e promover atividades agrícolas na região, que progrediram consideravelmente com a mão-de-obra africana importada.

Em 1657, pelo Tratado de Breda, que pôs fim a segunda guerra anglo-holandesa, o setor britânico entre o rio Corantine e Maroni foi cedido à Holanda; a área era trocada pela região costeira da América do Norte, que os holandeses haviam ocupado entre Nova Inglaterra e Virgínia; a cidade de Nova Amsterdam passava a denominar-se Nova York.

Durante as guerras napoleônicas, os ingleses, dominando os mares, apoderavam-se das colônias neerlandesas na Ásia, África e América. Coube ao Tratado de Amiens (1802) restituir a Guiana temporariamente, já que só com os tratados de 1814 e 1815 voltava a Holanda oficialmente a seus domínios (Convenção de Londres de 1814 e Tratado de Paris de 1815).

Com a abolição do tráfico, em 1807, e libertação dos escravos, em 1863, as plantações que haviam feito, no século XVIII, a prosperidade do Suriname, decaíram muito; agravava ainda mais a situação o fato de a produção de cana-de-açúcar ser prejudicada pelo crescente consumo do açúcar de beterraba.

Na segunda parte do século passado, iniciava-se o recrutamento por con-

trato de trabalhadores indus e indonésios, a maioria destes lavradores preferiu se fixar definitivamente no Suriname. Por fim, as descobertas de numerosas jazidas de minérios, principalmente de bauxita, cobre e cauim, começaram então a transformar as condições do país

A Constituição adotada em 1954 extinguiu o regime colonial na Guiana Holandesa e dotou o país de autonomia administrativa, com governo próprio, ministérios e partidos políticos, reservava ao governo de Haia apenas a defesa militar e relações internacionais. O governador do Suriname é o representante da soberana, a Rainha Juliana dos Países Baixos, além do Gabinete de Ministros ser auxiliado por seis membros do chamado Conselho Aitador

4 — Desenvolvimento Econômico

A vida econômica do Suriname é atualmente baseada na cultura do arroz que abrange os 3/4 da lavoura do país, chega mesmo a dar um excedente, tornando-se a maior exportação entre os produtos agrícolas. Todas as terras de matas derrubadas e drenadas se prestam a essa agricultura, desde que os canais sejam mantidos para livrar os arrozais das águas salgadas. As colmatagens que subsistem do tempo das plantações, não facilitam o emprêgo de máquinas agrícolas.

A criação de gado é pouco praticada, já que o surinamês acredita que um capinzal ocupa uma área que poderia ser um arrozal. Existem, no entanto, muitas tentativas governamentais de atrair camponeses para as atividades pecuaristas; tanto mais que a falta de carne e leite se constituem numa das deficiências alimentares do surinamês.

Não há dúvida que a *pescaria costeira e fluvial* se constitui numa das atividades mais correntes; a produção de camarões em lata já se tornou indústria de exportação.

A produção agrícola ainda apresenta culturas tradicionais, embora decaídas, como o açúcar, café e cacau, do tempo das plantações. Como produtos de exportação são insignificantes, se comparados à contribuição dos minérios nesta nova fase da vida econômica do Suriname.

“Em 1949 a Fundação para o Desenvolvimento da Agricultura Mecânica do Suriname foi criada em Wegeningen, e *polders* de arrozais foram estabelecidos no intuito de atrair para o Suriname lavradores holandeses. Não conse-

guiu seduzir muitos destes imigrantes, mas constituiu um incontestável sucesso, já que a Fundação clareou matas e pântanos, com tratamento químico, numa superfície de 16 mil acres e controlou com bombas modernas os níveis das águas; semeou e pulverizou sementes por avião, introduzindo sementes cientificamente escolhidas. Os resultados destes campos foram excelentes, produzindo 2 170 libras por acre, comparados à média mundial de 1 600. Duas colheitas anuais foram obtidas e com as variedades de arroz de rápido crescimento, três colheitas podem ser esperadas” (Ranjit Tirtha e Cornelius Loeser — FOCUS — vol. XXI n.º 1)

Sob o ponto de vista do desenvolvimento industrial, não devem ser omitidos os progressos realizados nas numerosas serrarias modernizadas, que recebem as madeiras cortadas das matas e que descem pelos rios. Entre os trabalhos de madeira já são preparadas casas pré-fabricadas. A polpa do pinho caribe é também explotada.

Em seu comércio exterior, o Suriname, fazendo parte dos Países Baixos, é beneficiado na Comunidade Econômica Européia por tarifas preferenciais

5 — A Industrialização e sua Política Exterior

Nesta última década, o Suriname entrou na fase de seu desenvolvimento industrial, aparelhando-se para ser um dos mais importantes produtores de minérios. Fizeram-se nos anos 30 as primeiras explorações de bauxita; em 1948 este minério já alcançava perto de 2 milhões de toneladas; em 1966 estava em 5 e meio milhões de toneladas a produção, colocando o Suriname em igualdade com a União Soviética, apenas abaixo da Jamaica; mas superior a Guiana (ex-Britânica)

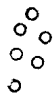



Os depósitos conhecidos atualmente, explotados e em vias de exploração, acham-se no norte, na faixa vizinha do litoral, entre a foz dos rios Maroni e Suriname, ao redor de Moengo e Paranam, onde funciona a SURALCO (Surinam Aluminum Company), subsidiária da ALCOA que trabalha em Moengo

Em Paranam, desde 1965, trabalha também a Billiton Company. Inicialmente o minério exportado era levado em pequenas embarcações para a estação coletora de Trinidad, hoje o governo já tomou providências para facilitar a exportação direta

“O governo do Suriname desejaria, entretanto, exportar menos bauxita e fabricar mais alumínio. Como em mui-

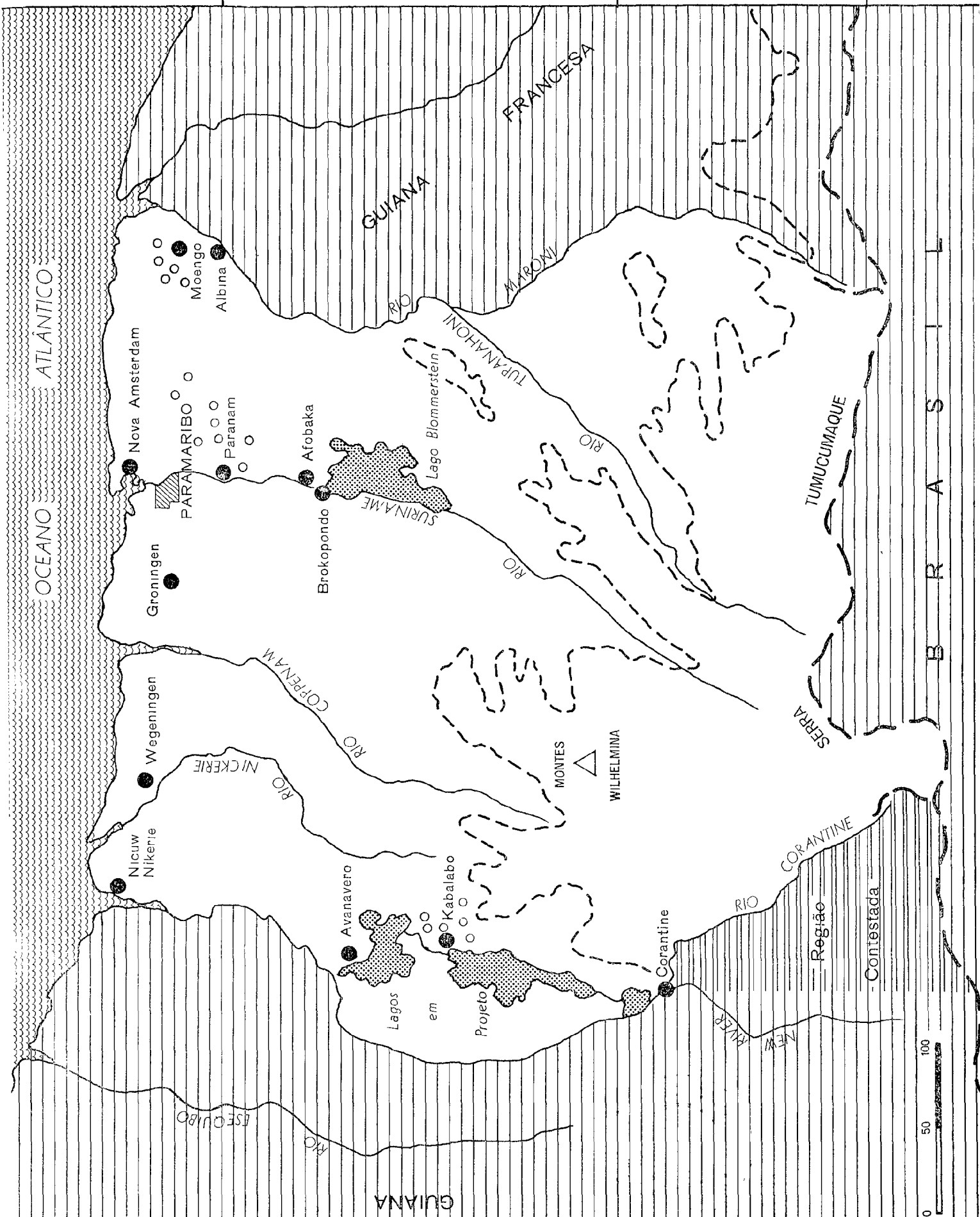
Antiga Guiana
Holandesa

SURINAME

-  Bauxita
-  Lagos
-  Relevo
-  Limites

Área 181455 km²
 População 350 000 Ha
 Paramaribo 123 000 H

Organizado por
 Delgado de Carvalh
 1970



tas nações recentemente independentes e em desenvolvimento, a industrialização é tida como chave de um mais alto padrão de vida. É, no caso presente, a indústria de alumínio. Abundantes jazidas de bauxita se apresentam à exploração: além das que já são trabalhadas, existem vastas reservas — 400 milhões de toneladas foram descobertas no oeste, na área de Kabalebo. E o potencial hidroelétrico da nação é avaliado em 2 milhões de quilowatts, mais do que necessitam os ambiciosos planos” (R.T. e C.L. in FOCUS)

A respeito do potencial hidroelétrico de *Brokopondo*, deve ser lembrada a *represa de Afobaka*, onde se deu um caso análogo ao da história do nosso açude de Quixadá que, acreditávamos, durante anos, nunca haveria de encher. O mesmo se deu em Afobaka, com o *lago Blommerstein* que nunca alcançava o nível que lhe era destinado.

Uma nova área no oeste do país está sendo estudada e trabalhada; são os *depósitos de Kabalebo*, onde as firmas Alleva e Billiton requereram construções e outras companhias fizeram contra-ofertas. No sudoeste a região do rio Corantine apresenta, além de recursos minerais, problemas internacionais.

Em 1964, a área contestada entre o rio Corantine e New River, foi de tal modo perturbada pelo tiroteio da fronteira, que os Países Baixos enviaram a fragata Dubois a fim de impedir a importação de armas de Cuba para uso dos guianenses de Cheddi Jagan. A questão das jazidas de bauxita tornou-se objeto de negociação diplomática e o ministro surinamês foi em visita oficial a Caracas para oferecer o apoio de seu governo à Venezuela que, do lado do rio Essequibo, também reivindica da Guiana um extenso território contestado.

Com o Brasil nunca existiu território contestado com a Holanda. Quando

os holandeses se instalaram definitivamente na área guianense, um compromisso foi tomado com o Brasil de não criar um império batavo à custa de terras brasileiras. Foi este o tratado de 1661 que marcou a cessação das hostilidades, assinado pelo Conde de Miranda e Johan de Witte. De nosso lado restituíamos a artilharia capturada nas fortalezas holandesas. No século XIX foi difícil iniciar uma delimitação precisa das fronteiras no Tumucumaque, pois, quando era nosso encarregado de negócios em Haia, o historiador Joaquim Caetano da Silva, as pretensões da França sobre uma extensa faixa do sul do Araguari ao rio Branco paralizavam as negociações (1852). Só em 1896 foram reiniciadas as negociações entre Souza Correia e o Barão de Golstein, ministro dos Países Baixos. Era reconhecida a necessidade de um acôrdo, mas somente depois de resolvida a questão do Amapá, decidiu o Barão do Rio Branco, em 1906, assinar com Frederic Palm, ministro holandês, o tratado de limites que determinou a linha do divisor de águas como limite definitivo entre o Brasil e a então colônia do Suriname.

A atual fase histórica de descolonização, de libertação e independência nacional, não parece ter ainda seduzido os surinameses; o exemplo da Guiana Britânica nunca foi animador. Na realidade o Suriname possui grandes extensões de terras aproveitáveis e consideráveis riquezas minerais a explorar; possui na nação holandesa uma proteção eficiente e ajuda de superior valor; encontra no Mercado Europeu uma situação privilegiada. Por outro lado, a diversidade étnica de sua população determinaria uma nova política nacional, um conflito de raças que apagaria, durante muito tempo, as vantagens que goza atualmente. Os laços com o governo de Haia são mais fortes do que as promessas de uma problemática prosperidade na independência.

(novembro de 1970)

Portugal: A Comunidade e seus Imperativos Geo-históricos

THEREZINHA DE CASTRO
Geógrafa do IBG

1 — Expansão e Colonização

A Península Ibérica constitui-se, sob o ponto de vista geográfico, numa unidade destacada do restante do continente europeu, graças aos Pirineus. Banhada pelo Atlântico e Mediterrâneo, abrange uma área de 579 852 km², equivalente ao nosso Estado de Minas Gerais (538 248 km²).

Este promontório peninsular, com altitude média de 660 metros, superior a dos países europeus, com exceção da Suíça, está ocupado por duas unidades políticas: a Espanha (390 774 km²) pouco maior que o nosso Estado do Maranhão (328 663 km²) e Portugal (88 620 km²) menor que o nosso Estado de Santa Catarina (95 985 km²).

Em virtude da *disposição do relevo*, Portugal constitui-se numa *autêntica fachada marítima atlântica*, sem fácil comunicação com a meseta Ibérica Central que ocupa mais da metade da península. Isto porque *os rios que vêm deste hinterland* entram em Portugal através de estreitas gargantas, em regime torrencial. Assim, podemos concluir que, *graças ao Tejo e Douro, Portugal adquiriu, por razões geo-históricas, sua independência natural*.

De forma retangular, com os lados ocidental e meridional banhados pelo Atlântico, em cerca de 800 km de extensão, o território português, à semelhança da Fenícia antiga, em estreita faixa de terra, não ofereceu ao povo que aí se instalou grandes horizontes no continente. Assim, à semelhança dos fenícios, como também dos venezianos, os portugueses tiveram que buscar no mar o complemento à sua subsistência.

* A autora foi bolsista do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Instituto de Alta Cultura, (1969) tendo permanecido 5 meses em Portugal.

No tempo de D. Dinis (1279-1325) iniciavam-se os portugueses na *pescada da baleia e atum*. N.S. da Luz, junto a Lagos e Pôrto Nôvo, nas proximidades de Tavira, eram as mais importantes baleações; o atum, pescado entre Sines e Setúbal, passava a se constituir na principal riqueza de uma indústria estabelecida em Lagos, no Algarve. Coube ainda a D. Dinis mandar construir uma esquadra para proteger o comércio português, já estabelecido no estrangeiro, notadamente na França e Flândres, que era prejudicado pelos corsários; tal esquadra tinha também o fito de *defender o Algarve* dos ataques muçulmanos.

Para o Algarve, de um modo geral, tanto Ceuta como outras praças muçulmanas do norte da África, representavam uma ameaça constante, dada a pequena distância que separa o Marrocos deste território português. Assim, o *objetivo defensivo* foi o ponto principal da *investida portuguesa contra Ceuta*, mas também não eram estranhos os *fatôres de ordem econômica*. Isto porque, após a conquista de Ceuta (1415), passavam os portugueses, sob o comando do *Infante D. Henrique*, à exploração do litoral deste continente, procurando *uma nova rota que os levasse às especiarias*, tornando-os tão prósperos quanto os venezianos.

País europeu, o mais próximo da África e América, Portugal descobriu e ocupou extensas áreas nestes continentes: *Angola e Moçambique* (respectivamente 14 e 8 vezes e meia maiores do que Portugal) e o *Brasil* (100 vezes maior do que a sua mãe-pátria).

No entanto, tendo *Vasco da Gama* descoberto o *caminho marítimo para as Índias*, Portugal transformar-se-ia num país caracterizadamente comerciante. Em seu expansionismo atingiria o Índico e, através de *Goa, Diu e Damão*, obtinha as tão ambicionadas especiarias; no extremo oriente chegava a *Timor e Macau*.

Seguindo a política dos fenícios, ocuparam, os portugueses, *pontos de escala* para seu comércio marítimo; daí a inclusão da *Guiné* (arquipélago de Bijagoz), as *ilhas de S. Tomé, Príncipe*, como também os *arquipélagos de Açores, Cabo Verde e Madeira*, no mundo luso.

O vasto império ultramarino que os portugueses construíram nos séculos XV e XVI, ocupando territórios na África, América e Ásia, nada mais foi do que *obra de estratégia comercial*, à semelhança do que haviam feito os antigos e cidades italianas, no ambiente restrito do Mediterrâneo.

Graças ao expansionismo, o mundo luso ficou constituído numa área de 10 605 740 km².

O Mundo Luso-Brasileiro

PAÍSES	Área (Km ²)	Data da Presença Português	Número de Representantes no Governo*
São Tomé e Príncipe	963	1 446	2
Cabo Verde	4 032	1 460	4
Guiné	36 125	1 471	2
Angola	1 246 700	1 482	24
Mocambique	783 030	1 488	24
BRASIL	8 511 965	1 500	—
Índia Portuguesa**	3 983	1 505	10
Macau	16	1 557	2
Timor	14 926	1 586	2

* Constituição Política da República Portuguesa (mapa anexo) 21 de março de 1961

** Anexada pela Índia em 1961; situação não reconhecida pelo Governo Português

Embora Lisboa tenha suplantado as cidades italianas, transformando-se no século XVI no entreposto comercial das especiarias, a ação colonizadora portuguesa limitou-se, por muito tempo, ao estabelecimento de feitorias litorâneas, implantadas de preferência em locais apropriados para a comunicação com o interior. A exceção das ilhas, tentavam os portugueses uma espécie de ocupação colonial periférica que lhes era sumamente pesada, por várias razões.

Passava o pequeno reino a enfrentar o sério problema decorrente do seu máximo expansionismo, tendo que defender duas rotas de comércio — a ocidental e oriental. Trabalho árduo para um país, contando apenas com cerca de 1 300 000 habitantes, que se via obrigado a percorrer grandes distâncias; vencer a luta que lhe moviam os concorrentes espanhóis, holandeses, ingleses e franceses; como também pela hostilidade a enfrentar por parte dos nativos americanos e africanos, dificultando-lhes a permuta com o interior.

A diversidade econômico-geográfica caracterizando o expansionismo português iria, por outro lado, determinar as diferentes diretrizes para a manutenção do vasto império.

As Índias constituíam-se no Eldorado. Assim, os pontos de contacto que os portugueses estabeleceram na Ásia, de um modo geral, limitavam-se a postos de trocas ou pontos de escala de extração e armazenamento das riquezas para o comércio. Nesta situação, a Índia Portuguesa, Macau e Timor mantiveram-se em sua colonização periférica, daí a pequena área territorial que abrangem.

A África, na era moderna, foi mantida para resguardar a segurança militar e comercial de Portugal. Com o interior desconhecido, constituía-se no enigma só decifrado posteriormente, já na era contemporânea. Da colonização periférica da era moderna, de simples entrepostos litorâneos, a expansão portuguesa na África, no século XIX, transformou em vastas áreas os territórios de Angola e Moçambique; a Guiné, graças à concorrência franco-britânica, manteve-se em território acanhado.

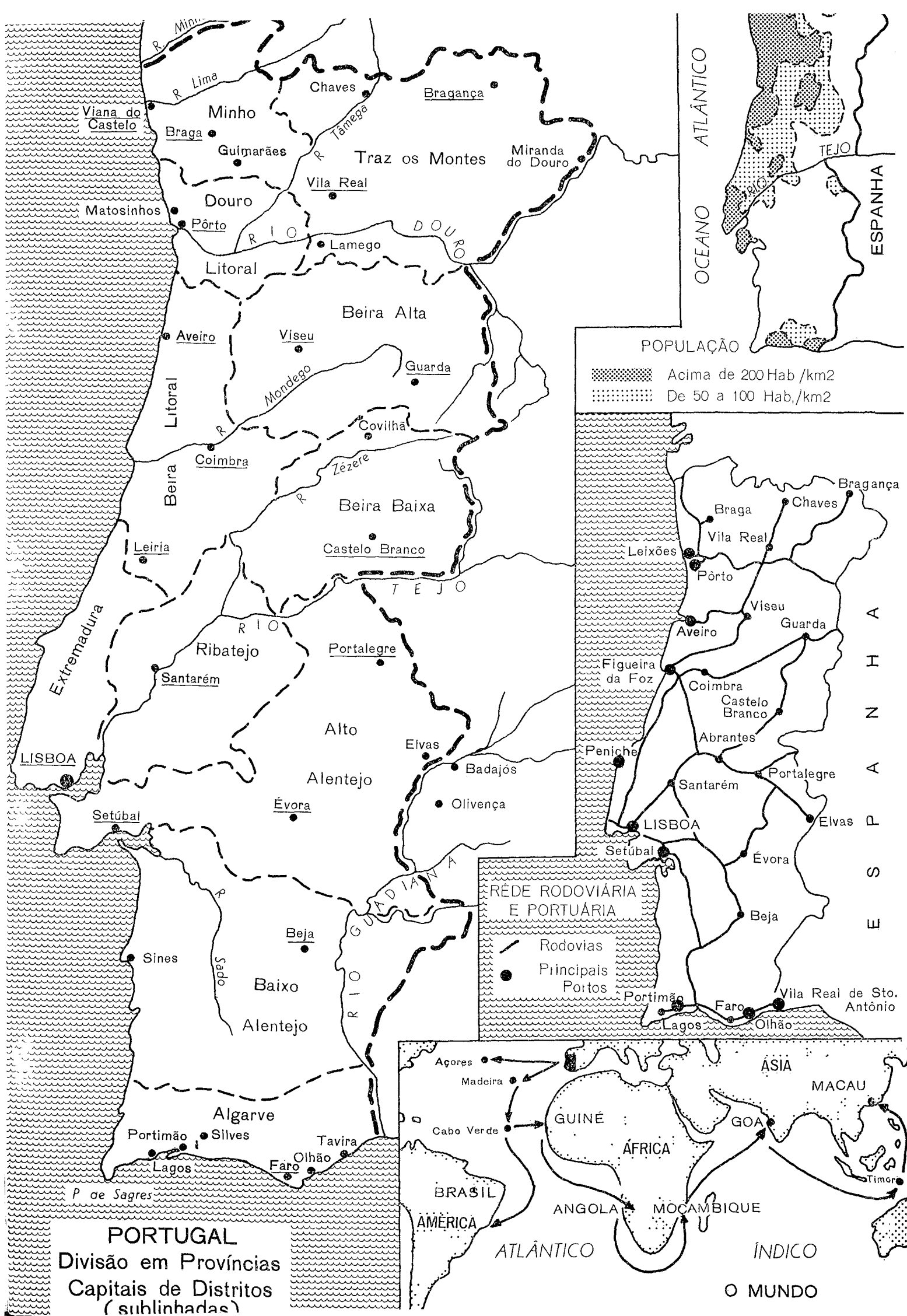
Na rota ocidental, apenas o pau-brasil se constituía em mercadoria de valor comercial; tal produto, porém, não suplantava o lucro que Portugal tinha no Oriente, com as especiarias. Por esta razão, procuraram, a princípio, os portugueses, tentarem a situação brasileira através de esparsas feitorias para pontos de escala e aguada para as embarcações que demandavam ao Oriente. Através de expedições exploradoras e policiadoras, o objetivo do governo português era simplesmente o de sua posse no vasto território americano de 2 800 000 km² que, antes mesmo da descoberta oficial, o Tratado de Tordesilhas (1493) lhe havia atribuído.

No entanto, ainda no século XVI, vendo seriamente ameaçado esse seu território, teve o governo português que iniciar nele o seu grande processo colonizador. O Brasil foi, assim, o grande campo de prática colonizadora de Portugal, uma vez que o estágio oriental fôra, sobretudo, dedicado à extração da riqueza para o comércio. No Brasil tiveram que cultivar a terra para produzir algo; tiveram que se fixar em sociedades agrícolas.

Assim, a obra expansionista e colonizadora de Portugal apresenta características geo-históricas que contrastam com a dos antigos.

Enquanto os antigos se limitaram, de um modo geral, aos trajetos de cabotagem, mantendo-se circunscritos ao Mediterrâneo, mar fechado, de rota comercial mais facilmente controlável, os portugueses evoluíram para os trajetos de longo curso, explorando o Atlântico e Pacífico sul para deterem a cobiçada hegemonia do Índico, onde a Índia se constituía no ponto central de grande interesse das transações comerciais das especiarias.


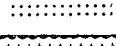
O Mediterrâneo englobava, no seu aspecto geral, civilizações mais ou menos semelhantes, pelo menos no setor cultural; os povos mediterrâneos, que



OCEANO ATLÂNTICO



TEJO
ESPANHA

POPULAÇÃO

-  Acima de 200 Hab /km²
-  De 50 a 100 Hab./km²

A
I
N
A
S
E

RÉDE RODOVIÁRIA E PORTUÁRIA

-  Rodovias
-  Principais Portos



PORTUGAL
Divisão em Províncias
Capitais de Distritos
(sublinhadas)

O MUNDO

passaram a realizar contatos através das viagens intensivas dos antigos, não apresentavam grande defasagem cultural. Já a *navegação extensiva*, incluindo a África, América, Ásia e Oceânia, na rota de expansão dos portugueses, iria pô-los em contato com populações com graus de cultura e civilização bem diferentes da européia na época. Esse choque determinaria o processo de *colonização moderna dos portugueses*. A *mobilidade* e, sobretudo, o fator *miscibilidade*, ou seja a facilidade que apresentou o português de se cruzar com os povos colonizados, embora impondo-lhes a cultura por ser o mais civilizado, determinaram a *formação de um mundo luso* espalhado pelos continentes americanos, africano e asiático.

Esse mundo luso apresenta ainda em comum a língua e numerosas tradições, enfeixadas numa civilização predominantemente litorânea, pois, já dizia Frei Vicente do Salvador Arrais, no século XVII, "os portugueses arranhavam o litoral como caranguejos". Assim, o Brasil, Angola e Moçambique, à semelhança de Portugal, apresentam-se hoje como *civilizações marítimas*, uma vez que o fator demográfico e econômico encontram-se de preferência à beira-mar, confundindo o núcleo geohistórico com o ecúmeno estatal.

2 — Aspectos Geoeconômicos

As maiores densidades demográficas do Portugal Metropolitano encontram-se na *zona litorânea*, sobretudo ao norte do Tejo. As mais altas densidades estão no *Minho*, *Douro Litoral* e *Extremadura*; nesta última, graças à presença de Lisboa, capital do país, com 1 515 200 habitantes, segundo estimativa de 1966. Nesta região, a densidade demográfica é de 548 habitantes/km², só sendo superada pelo índice do *Pôrto* (1 309 300 habitantes) apresentando-se com 573 habitantes/km². Seguem-se mais dois núcleos urbanos setentrionais: *Braga* (642 000 habitantes) e *Aveiro* (564 000 habitantes) com as cifras de 235 hab./km² e 208 habitantes/km² respectivamente. As cidades interiores de *Bragança*, *Portalegre* e *Beja* só apresentam 37,31 e 27 hab./km² mostrando um *hinterland* bem menos povoado.

Os dois quadros que se seguem nos mostram que, graças à grande sangria populacional ocasionada pela *emigração*, é baixo o índice de crescimento da população portuguesa.

Crescimento da População Portuguesa

ANO	Continente	Ilhas Adjacentes	Total
1864	3 829 618	358 792	4 188 410
1878	4 160 315	390 384	4 550 699
1890	4 660 095	389 634	5 049 729
1906	5 016 267	406 865	5 423 132
1910	5 547 708	412 348	5 960 056
1920	5 612 977	411 014	6 032 991
1930	6 360 347	465 534	6 825 881
1940	7 185 143	537 009	7 722 152
1950	7 856 913	584 399	8 441 312
1960	8 225 414	595 875	8 531 289
1968	8 473 629	622 582	9 106 895

Fonte: Boletim da Junta da Emigração — Min do Interior — Lisboa, 1968

Emigração Portuguesa

ANO	Ultramar	Brasil
1900	21 235	14 493
1910	39 515	31 280
1920	64 783	33 651
1930	23 196	11 384
1940	13 226	12 260
1950	21 892	14 143
1960	32 318	12 451
1968	80 452	3 512

Fonte: Boletim da Junta da Emigração— Min. do Interior — Lisboa, 1968

Sendo de grande interesse o deslocamento dessa população portuguesa para o ultramar, mas sobretudo para o Brasil, membro da Comunidade, onde existem grandes vazios por povoar, é desanimador vermos que essa corrente populacional nos é arrebatada especialmente pela França, Estados Unidos, Canadá e Alemanha.

Emigração Portuguesa segundo País de destino

ANO	França	Estados Unidos	Canadá	Alemanha
1964	32 641	1 601	4 770	3 868
1965	57 319	1 852	5 197	11 197
1966	73 419	13 357	6 795	9 686
1967	59 415	11 516	6 615	2 042
1968	46 515	10 841	6 833	4 886

Fonte: Boletim da Junta da Emigração—Min do Interior — Lisboa, 1968

Esse movimento de saída de portugueses reflete-se principalmente na área rural, cuja cifra populacional vem baixando de ano para ano. Por outro lado, esse *êxodo rural* corresponde

também a transformação que se opera, embora lentamente, na *estrutura econômica do país agrícola* que vem procurando *ativar suas indústrias manufatureiras*. Vemos, assim, que, embora Portugal continue com porcentagem maior de empregados no setor agrícola, êsse vem se apresentando numa proporção decrescente, enquanto as cifras dos que procuram os centros urbanos, para se empregarem nos ramos industriais se apresentam em ritmo crescente.

População Econômica Rural e Urbana

ANO	Setor Agrícola	Setor Industrial
1959	41,5%	21,4%
1963	37,3%	23,2%
1967	32,2%	25,2%
1968	30,9%	25,6%

Fonte: EFTA Bulletin—reproduzido por BC:Semana n.º 419

Embora o Alentejo se destaque na criação do bovino e as regiões mais altas e frias se dediquem ao ovino, a *pecuária* encontra-se disseminada pelo resto do país, sobretudo através dos vales fluviais, submetidos à influência da umidade oceânica, favorecendo o aparecimento de pastagens. Assim, a pecuária e a indústria se encontram interligadas, complementando uma a outra. No norte, tanto a agricultura quanto a pecuária são feitas de modo intenso, em *minifúndios*; no sul, os *latifúndios* ou “*montes*”, praticam-nas extensivamente.

Os *vinhedos e olivais* cobrem grandes extensões de terras aráveis, constituindo-se nos principais produtos da exportação portuguesa. O quadro que se segue nos mostra essa produção:

Produção de Vinho e Azeite de Oliva (Hectolitros)

ANO	Vinho	Azeite de Oliva
1966	8 927 877	414 255
1967	9 739 655	888 234

Fonte: THE STATESMAN'S YEAR BOOK (1969-70)

A produção vinícola acha-se, de um modo geral, concentrada ao norte do Tejo e, sobretudo, no vale do Douro, no chamado “país do vinho”; * já os olivais se encontram espalhados por variadas áreas do país.

Quanto aos demais produtos agrícolas, enquanto os *milharais* se desenvolvem de preferência ao norte do Tejo, os *trigais* se estendem pelo sul; o sul é também domínio por excelência dos *sobreiros*, dando a Portugal lugar de destaque como exportador de cortiça. Por sua vez, a *área florestal* cobre cerca de 3,2 mil hectares, dos quais 1,41 mil hectares são ocupados por pinheirais, dando ao país divisas na exportação de resinas e terebintina. Os quadros abaixo nos dão uma idéia geral da produção agrícola, onde procuramos destacar também a área cultivada, e ainda da produção florestal portuguesa.

* Vide *Atlas de Relações Internacionais* n.º 16

Produção Agrícola

PRODUTO	1966		1967		1968	
	Área	Ton Met	Área	Ton Met	Área	Ton Met
Trigo	523 119	331 990	586 128	637 210	675 597	747 574
Milho	473 034	564 664	435 514	576 840	451 290	529 357
Aveia	217 959	63 291	226 433	110 170	230 411	159 046
Cevada	111 150	49 026	106 734	73 497	164 535	111 124
Centeio	282 044	144 611	238 929	174 837	237 874	228 988
Arroz	34 729	154 025	32 268	146 035	33 057	159 276
Fava	414 409	57 811	373 444	54 554	384 093	43 709
Batata	100 609	923 342	116 588	1 295 693	101 137	937 871

Fonte: THE STATESMAN'S YEAR BOOK (1969-70)

Produção Florestal (Toneladas Métricas)

PRODUTO	1964	1965	1966	1967
Cortiça	203 014	178 930	166 936	139 222
Cortiça manufaturada	193 149	182 200	159 521	—
Resinas	92 972	92 425	88 953	91 375
Terebintina	9 037	11 371	11 434	—

Fonte: THE STATESMAN'S YEAR BOOK (1969-70)

É também de grande importância a indústria pesqueira no país; segundo dados até 31 de julho de 1968, estavam registrados 11 032 barcos, empregando 42.688 homens, dedicados sobretudo à pesca da sardinha e atum. Os principais centros de industrialização do pescado, com exceção de *Matosinhos e Setúbal*, localizam-se no Algarve, entre os quais *Portimão e Olhão*. É de se notar, no entanto, que a pesca da sardinha vem se apresentando de ano para ano num sentido decrescente

Atividade Pesqueira (Sardinha)

ANO	Pesca (Ton Met)	Valor (Contos de Reis)
1964	163 585	461 464
1965	137 951	368 523
1966	124 950	449 599
1967	114 817	381 313

Fonte: THE STATESMAN'S YEAR BOOK (1969-70)

Na conjuntura econômica geral do país distinguem-se, entre suas três principais exportações, um produto agrícola-industrial representado pelo vinho, seguido pela produção de cortiça e sardinhas.

Principais Exportações (1 000 escudos)

PRODUTO	1969	1966	1967
Vinho	1 217 201	1 335 159	1 479 002
Cortiça	1 608 309	1 143 259	1 507 589
Sardinha	1 012 004	908 651	914 504
Resinas	377 585	378 384	346 177
Polpa de madeira	364 856	433 581	438 831
Azeite de oliva	111 707	161 509	192 159
Terebentina	53 850	50 545	48 502

Fonte: THE STATESMAN'S YEAR BOOK (1969-70)

A despeito de sua produção de trigo, o produto não dá, à semelhança do que se passa no Brasil, para o consumo interno; no entanto, em 1967, graças ao incremento da plantação, no país, a im-

Principais Importações (1 000 escudos)

PRODUTO	1965	1966	1967
Bacalhau	265 450	228 443	494 345
Trigo	551 239	828 829	633 225
Óleo de Palma	763 698	762 600	947 686
Café	211 841	234 986	213 806
Açúcar	521 962	576 131	612 336
Couro	153 573	115 965	198 240
Ferro e Aço	1 530 203	1 524 923	1 308 323
Algodão	1 693 250	1 498 083	1 343 942

Fonte: THE STATESMAN'S YEAR BOOK (1969-70)

portação sofreu um decréscimo. O bacalhau, que se constitui num dos pratos típicos mais apreciados pelos portugueses, é também produto que aparece na pauta das compras exteriores, ao lado do óleo de palma, café açúcar, couro, algodão, ferro, aço, motores para veículos, petróleo e seus derivados.

O comércio com as províncias ultramarinas de Angola e Moçambique apresenta-se, segundo o quadro que se segue, equilibrado no setor das compras e vendas

Comércio com as Províncias Ultramarinas (1 000 escudos)

PROVÍNCIA	IMPORTAÇÃO		
	1965	1966	1967
Angola	2 060 838	2 418 295	2 524 292
Moçambique	1 327 313	1 303 526	1 600 753

Fonte: THE STATESMAN'S YEAR BOOK (1969-70)

O comércio Brasil-Portugal é praticamente inexistente; nossos principais produtos agrícolas, entre os quais o café, açúcar e algodão, são similares aos das províncias ultramarinas africanas. Figuram no comércio externo com Portugal, nos dois primeiros lugares, a Alemanha Ocidental e Inglaterra. O maior desequilíbrio na balança comercial se refere ao comércio com a Alemanha, embora guardadas as devidas proporções entre os valores dos produtos de troca. No entanto, a Alemanha suplantou o Inglaterra, cujo comércio com Portugal era tradição bem antiga. Na década de 1930 coube a Inglaterra ainda fornecer 1/5 das importações totais portuguesas, absorvendo, por outro lado, 1/4. Na década seguinte esse comércio começa a decair, à medida que aumentavam as transações com as províncias ultramarinas; assim, enquanto a baixa com o comércio inglês atingia a cifra de 18%, para Angola e Moçambique era registrado um aumento de 25%. Na década de 1950 o declínio continuou a se acentuar, acusando ainda uma baixa de 13%. Nos últimos anos, observando-se o quadro abaixo, nota-se, além da estabilização, que, em 1967, as vendas portuguesas chegaram a exceder as compras

As novas diretrizes do comércio anglo-português, segundo dados publicados no EFTA Bulletin, em artigo de Vasco Vieira de Almeida, podem ser explicadas pelo desenvolvimento das exportações de têxteis e vestuário, facilitada pela Associação de Livre Comér-

cio, como também pela baixa na entrada de combustíveis minerais, tendo em vista a expansão da capacidade de refino em Portugal.

Enquanto a balança comercial com os Estados Unidos manteve-se, pelo menos em 1966-67, equilibrada, a França e Itália são mais fornecedores do que compradores em Portugal

Comércio com Países Estrangeiros (1 000 escudos)

PAÍSES	IMPORTAÇÃO		
	1965	1966	1967
Alemanha Ocidental	4 321 899	4 486 008	4 590 672
Inglaterra	3 448 199	4 023 953	4 164 607
Estados Unidos	2 151 331	2 346 615	2 094 031
França	1 997 745	2 207 800	2 091 697
Itália	1 359 322	1 564 532	1 763 100

Fonte: THE STATESMAN'S YEAR BOOK (1969-70)

No quadro monetário português cumpre-se registrar um recorde de reservas provenientes das *rendas com o turismo*. Assim, em 1966, cêrca de 2 milhões de turistas visitaram o país, proporcionando-lhe 225 milhões de dólares em divisas; em 1968 essa cifra viu-se multiplicada por quase dez (2,5 milhões de dólares). De 1961 a 1968 o número de turistas que procuraram Lisboa e principalmente o sul, quase que se quintuplicou; graças ao fato, os portugueses construíram, sobretudo no Algarve, os mais luxuosos hotéis do país

3 — Histórico: Período Republicano

Com a deposição da dinastia de Bragança, em 1910, instalava-se o *regime republicano em Portugal*, cujos primeiros 16 anos foram de tumulto político e calamidade econômica.

Separando a Igreja do Estado, passaram os bens daquela a pertencerem ao governo que "a título precário" eram simplesmente cedidos às corporações encarregadas do culto. Continuando a política da monarquia no setor da legislação operária foram, entre outras coisas, determinado o regime das 8 horas de trabalho, regulamentado o direito de greve, criando-se finalmente o Ministério do Trabalho e da Previdência Social (1916).

Contra as medidas tomadas em prejuízo da Igreja levantou-se o clero, obrigando o governo a prender e suspender vários prelados. Por sua vez, as greves operárias principiaram, logo que

reconhecidas por lei, degenerando em agitação, assaltos e violências, levando por isso o país à perigosa indisciplina social. Em seguida, as lutas partidárias passaram a determinar a instabilidade dos governos; vários foram os presidentes que não chegaram ao fim do mandato, renunciando, sendo depostos ou até assassinado, como Sidônio Pais, em 1918.

A partir do governo de Teixeira Gomes, que não concluiu o mandato, renunciando em 1925, *o exército passou a intervir na vida política do país*, depondo Bernardino Machado que tentava novo período presidencial. As desordens continuavam nas ruas, através das greves, atentados e revoluções. No Parlamento nada se resolvia, em virtude dos insultos pessoais e discursos intermináveis. Tal situação, levando o país ao descontentamento, favoreceria a *revolução nacional de 1926*, iniciada pelo General Gomes da Costa, que dissolveu o Parlamento

Instalava-se então a *didatura militar* (julho de 1926) com o General Antonio Carmona que, depois eleito presidente da república (1928) chamava o Professor da Universidade de Coimbra — *Antonio Oliveira Salazar* para restaurar as finanças do país.

Professor de Economia Política, com reputação de financista competente, Salazar aceitou o cargo de Ministro da Fazenda, quando lhe deram amplos poderes para agir

A *obra financeira de Salazar*, por meio de reformas tributárias e alfandegárias, conseguia, logo no primeiro ano de administração, extinguir os *deficits* do país e aumentar daí por diante os seus saldos. Ampliando aos poucos a "área do escudo", fazia com que Portugal, em 1967, após 40 anos de seu governo, possuísse reservas conversíveis de 1,6 milhões de dólares

Tendo tido sucesso, fôra feito Primeiro Ministro em 1932, cargo que ocupou até 1968, quando vitimado por uma queda teve que afastar-se do governo.

A reforma administrativa do governo Salazar dedicou-se especialmente às obras de infra-estrutura: estradas, represas e reconstrução da marinha mercante. Criada a Junta Autônoma de Estradas, iniciam-se as reparações e abertura de rodovias, bem como de pontes ligando todos os recantos do país; a ponte sobre o Tejo em Lisboa, para facilitar o intercâmbio entre o norte e sul do país, foi inaugurada em 1966, já nos últimos anos de seu governo. Em 1967 estava Portugal todo

cortado por estradas, perfazendo um total de 29 440 km Além de fomentar a produção do trigo, milho arroz e batata, o governo aproveitou a riqueza hidráulica do país no setor de energia elétrica; em seu governo foram inauguradas as hidroelétricas de Castelo do Bode, Venda Nova e Belver (1951), Salamonde (1953), Cabril (1954), Caniçada e Bolçã (1955), Picote (1958), Miranda do Douro (1960), Bemposta (1964) e Távora (1965)

Sucessor de Salazar, trazia *Marcelo Caetano*, professor de Direito Administrativo na Universidade de Lisboa, já grande experiência da vida administrativa do país Fôra, durante a presidência de Salazar, além de Ministro do Ultramar, também Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, partido do governo

Salazar governara o país com energia, impondo-lhe disciplina Procurando tomar o pulso da nação, *as eleições de 26 de outubro de 1969* iriam dar a Marcelo Caetano a sua grande experiência como Primeiro Ministro.

Ao lado da União Nacional, partido do governo concorreram ao pleito os candidatos oposicionistas, divididos em dois partidos principais A CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática), encabeçada por Mário Soares, advogado de 44 anos, opositor extremado de Salazar, que deixava o exílio na ilha de S Tomé, liberado por Marcelo Caetano. No programa êsse partido definiu-se por um socialismo democrático pluralista, pregando a permanência de Portugal na OTAN, porém em posição de independência “à la francesa”; com relação aos territórios do ultramar não se definiu a CEUD claramente, pois pregava uma autodeterminação, porém sem o abandono imediato dos mesmos por parte do governo português O segundo partido oposicionista, bem mais radical, teve a liderança de Francisco Moura, também de 44 anos, professor de Economia e ex-colaborador de Salazar. Sob a sigla CDE (Comissão Democrática Eleitoral), abrigava elementos da extrema esquerda e católicos progressistas Seu programa, além de pregar as nacionalizações em massa no setor econômico, era concorde em que Portugal abandonasse a OTAN e desse independência imediata às províncias ultramarinas

Assim, a tônica principal da campanha eleitoral seria o delicado problema das províncias ultramarinas e a situação de Portugal na OTAN Tal fato causou mal-estar nos diferentes setores que apoiavam o governo, cujo lema é “a Pátria não se discute, se defende”

Nos Distritos de Lisboa, Pôrto e Braga, os três partidos disputaram separadamente as eleições; nos demais a oposição se uniu apresentando lista única, com exceção de Portalegre, onde apenas concorreu a União Nacional Escolhidos os 130 deputados para a Assembleia Nacional, o partido governista saía vitorioso em todos os Distritos por uma margem que oscilou de 65 a 95% da votação.

4 — O Problema do Ultramar

No setor ultramarino foi Salazar o “reconstrutor do império”. Promulgando em 1933 a *Ata Colonial*, transformava Portugal numa *nação unitária, embora geograficamente dispersa* As então colônias, produzindo matérias-primas proporcionavam mercados para a indústria portuguesa e ofereciam espaço vital ao país

Imensas seriam as dificuldades, já que Portugal, bem menor que Angola e Moçambique, tinha que agir nessas regiões onde, em 1950, contava respectivamente com 275 000 brancos para 4,8 milhões de negros e 150 000 brancos para 7 milhões de nativos Na Guiné, já a proporção atingia a cifra de 500 000 aborígenes para 2 000 brancos.

Nestas condições, em 1951, Portugal transformava suas colônias em *províncias ultramarinas*; admitido na ONU (1954) conseguia o governo português o reconhecimento jurídico internacional de nação dividida em províncias distantes, porém integradas

Em 1967, já as províncias ultramarinas contribuíam de modo expressivo para a chamada “área do escudo forte” Absorvendo cerca de 25% das exportações portuguesas, no setor das vendas conjuntas, Angola e Moçambique atingiam a 60% das exportações totais de Portugal.

Observando-se o conjunto dos territórios que compõem Portugal Ultramarino, vemos logo ressaltada a importância de Angola e Moçambique, tanto sob o ponto de vista da extensão como no setor econômico

Angola é a mais rica província ultramarina, grande plantadora de café, produto mais valioso na área do escudo (25% das exportações totais de Portugal) Destaca-se no setor mineral como produtor de diamantes São valiosas as suas jazidas de ferro, nas cogitações industriais de uma empresa alemã filial da Krupp; bem como na produção de petróleo, vital para a auto-suficiência da África Meridional

Em contrapartida, a posição geográfica de Moçambique lhe confere o título de "coração econômico" da África Meridional; isto porque os bem aparelhados portos de Nacala, Beira e Lourenço Marques servem como escoadouros aos países interiores, como também para a exportação do ouro da região do Rand da República Sul Africana e do cobre de Katanga (Congo). Esse intenso movimento comercial proporciona a Portugal grande ingresso de divisas estrangeiras. Procurando, ainda mais, o governo português espera obter ótima fonte de renda na represa de Cabora-Bassa, nas proximidades de Tete, de construção calculada em 264 milhões de dólares, já que será a segunda em importância da África, depois da de Assuan no Egito; tal empreza favorecerá aos agricultores de Moçambique, como poderá também exportar energia elétrica para a República Sul-Africana.

Se o Estado Nôvo havia conseguido dar largo período de paz a Portugal, mantendo-o neutro durante a Segunda Guerra Mundial e afastado da Guerra Civil Espanhola, não conseguia, a partir de 1960, permanecer dentro das mesmas diretrizes. Portugal mantém hoje uma guerra custosa, impondo à sua população masculina 4 anos de serviço militar; sua atitude é meramente defensiva no continente africano, procurando rechassar ataques exteriores. Suas forças militares no ultramar se compõem de um efetivo de aproximadamente 120 000 homens; destes, 20 000 combatem na Guiné, ponto mais crítico; 45 000 defendem Moçambique e 55 000 se mantêm em estado de alerta na província de Angola. Em estudo feito para "*Le Monde Diplomatique*", ELENA DE LA SHOCHÈRE, afirma que os numerários votados pela nova Assembleia portuguesa absorverão, em 1970, 58% dos recursos do Estado.

Em 1961 perdia seus territórios da chamada Índia Portuguesa, com a invasão e posterior anexação feita por Nehru. Não reconhecendo a anexação, Portugal vem reclamando na ONU em prol de seus direitos; por outro lado, continua a manter os 10 representantes dessa província junto ao governo português.

Na mesma época iniciavam-se as guerrilhas contra suas províncias africanas, onde o pluralismo partidário mostra que o movimento pró-independência não foge à regra na conjuntura do continente; vários são os partidos, vários são os líderes.

A FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) teve a direção de Eduardo Mondlane até 3 de fevereiro de

1969, quando uma bomba o matou. Ainda em sua gestão, via-se que dentro da FRELIMO haviam facções rivais que o acusavam de levar uma vida de luxo num chalé praiano em Dar-es-Salaam, em vez de estar lutando na selva ao lado de seus guerrilheiros. Desaparecido esse líder, a FRELIMO passava a ser dirigida por um triunvirato, no qual Uria Simango, antigo vice-presidente no tempo de Mondlane, passava a ter apenas o posto de coordenador. Os outros dois membros passavam a ser Marcelino Santos, poeta associado ao Partido Comunista Francês e Samora Machel, comandante das guerrilhas que agem no interior de Moçambique; ao primeiro foi entregue a Secretaria das Relações Exteriores, ficando o segundo com a Secretaria da Defesa.

Ainda em princípios de novembro de 1969 rompia-se o equilíbrio com a expulsão de Simango da FRELIMO, por ter publicado libelo de 13 páginas, acusando seus companheiros da cúpula do partido de criminosos, despóticos e especialmente "tribalistas." Divulgava ainda o documento que a cisão na FRELIMO já era um fato, pois com a política guerrilheira de executarem sumariamente civis e soldados em Moçambique, as deserções se efetuavam em massa; tais desertores, em aberta rebelião contra a FRELIMO, tornam-se adeptos de um novo governo civil instalado em Cabo Delgado. Por outro lado, há um movimento de colonos portugueses de Moçambique, dirigidos por JORGE JARDIM, que se declara a favor de uma independência dirigida pelos brancos. Este grupo, segundo *Le Monde Diplomatique* (n.º 191, fevereiro de 1970) deseja, na realidade, uma integração com a Rhodésia e África do Sul, Estados "brancos aparteistas".

Esse fato repete, na realidade, a política de várias nações independentes da África, onde são assassinados ou simplesmente afastados vários líderes nacionalistas que já cumpriram sua função.

Ainda em Moçambique atua um outro agrupamento, sob a direção de Paulo Gumane, a COREMO, refletindo o pluralismo e divergências implantadas no movimento pró-libertação dessa província portuguesa.

Em Angola atuam, dividindo suas forças, o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), ligado a linha sino-cubana, sob a orientação de Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade; a UPA (União dos Povos de Angola) de Holden Roberto; e a UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola) dirigida por Jonas Savimbi.

Na Guiné Portuguesa atua o PAIGCV (Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde), orientado por Amílcar Cabral, êste, apesar de ser ainda partido único na região, conta com a má vontade dos fulás, cujos chefes, ao lado de seus parentes nigerianos, vêm em cada passo dado na direção da independência um real atentado a seu poderio

Quando se iniciaram as guerrilhas nas províncias ultramarinas, os Estados Unidos, sob a presidência de John Kennedy, não pouparam a sua desaprovacão a Portugal, que se colocou na defesa desses seus territórios africanos. A Delegação Brasileira, além de criticar a intervenção portuguesa, exortou a Portugal na ONU para que desse liberdade a seus territórios africanos

Por sua vez, Portugal denunciava a existência de campos guerrilheiros — “os santuários”, estabelecidos no Congo (Kinshasa) e Tanzânia, a ligação dos líderes nacionalistas com países da esquerda, a atuação de cubanos no treinamento de guerrilheiros negros, bem como a procedência das numerosas armas apreendidas; estas, hoje expostas no Museu de Marinha (Lisboa), se compõem de canhões russos sem retrocesso (82 mm), bazucas RPG-7, metralhadoras Dargheyev, algumas peças de artilharia anti-aérea, bem como outras armas da Europa Oriental.

Isolado neste conflito, Portugal contava apenas com o apoio econômico-militar da África do Sul, conseguindo aproximar-se também da Rhodésia. Via-se ainda o governo obrigado a contrair compromissos com o capital estrangeiro alemão ocidental, japonês, italiano e francês. A Espanha, sua vizinha, não podia definir-se abertamente, pois tinha evidente interesse em fomentar suas relações comerciais com os novos países africanos

5 — OTAN e Comunidade

Ao assumir o govêrno, Marcelo Caetano empreendeu três viagens: foi ver o que se passava nas províncias ultramarinas, conferenciou com Nixon nos Estados Unidos e visitou o Brasil. O *problema de Portugal com os Estados Unidos e Brasil* prende-se ao mundo Atlântico e seus imperativos estratégicos.*

Do mesmo modo que o mundo mediterrâneo na antiguidade, o *mundo atlântico* possui certa unidade histó-

rica, cultural e geográfica, às quais se superpõem as diferenças locais e regionais. Se coube ao europeu levar a América para o quadro das áreas ditas civilizadas, trouxe para auxiliá-lo grandes levadas de negros africanos, provenientes de um terceiro continente também banhado pelo Atlântico. Neste mister, Angola nos toca mais intimamente, já que próxima das rotas que traziam os portugueses ao Brasil, nos forneceria a maioria dos escravos. Assim, se a África perdeu no passado uma boa parte de seus habitantes, ajudou, por outro lado, a criar no Nôvo Mundo, lado a lado com os brancos europeus, uma nova civilização. É justamente êsse mundo atlântico, no seu todo, que Portugal deseja que sirva de fundamento a uma aliança. No entanto, essa aliança só existe na realidade em parte, através da OTAN, como simples reflexo da política soviética na Europa Oriental. Dêste modo, ela não pode exprimir, na realidade, as solidariedades ocidentais. Os limites dêsse mundo atlântico estão apenas no norte. Nêle a OTAN procura deter a linha de avanço que os Estados Unidos fixaram como o “máximo” da penetração soviética. Trata-se de um limite político e estratégico e não geo-histórico.

Portugal, como membro da OTAN, é o país que, no sentido mais geral, vem tentando barrar o extravazamento comunista, mantendo as suas posições-chave na África não só na costa atlântica, através de Angola e Guiné, como também no índico, através de Moçambique. A presença de Portugal na África constituiu-se, na realidade dêste continente conturbado, *importante peça para a estratégia do mundo livre*. Basta, para tal, rememorarmos a teoria do Heartland de Mackinder, afirmando que quem dominar a Europa Oriental controlará o “Coração do Mundo” (heartland) que, na realidade, constitui parte da Europa e Ásia, onde a Rússia tem certa ascendência; quem controlar o “Coração do Mundo” controlará a “Ilha Mundial” (Eurásia e África); quem dominar a “Ilha Mundial” controlará o mundo inteiro

É preciso, portanto, que os Estados Unidos dominem de fato o “Rimland”, ou seja o “Cinturão” idealizado por Spikman, capaz de envolver o “Coração do Mundo”. Neste “Rimland” ocupam posições-chaves: a Alemanha Ocidental, para deter o avanço na Europa; a Grécia e Turquia barrando de certo modo a expansão no Mediterrâneo; o Japão, Coréia do Sul e Vietnã do Sul para contrabalançar a situação no Pacífico; as bases do Caribe para fazer

* Vide “A Defesa Nacional” n.º 619 e 622

frente a Cuba Castrista; Moçambique, bastião recuado no Índico; e Angola, anteparo importante na área do Atlântico-Sul. Dentro da teoria do "Rimland", os Estados Unidos estão procurando impedir a expansão comunista na Europa e Ásia; mas ignoram a realidade africana, foco da estratégia avançada dos comunistas que, deste modo, ameaçam de um lado, em sua parte sul, o mundo atlântico, do qual fazem parte a Guiné e Angola, províncias ultramarinas portuguesas e o próprio Brasil.

Afirma Ratzel que: "os meios revolucionários de comunicação e transporte mudaram definitivamente o papel das grandes potências continentais na política internacional". Vendo a questão sob o ponto de vista geopolítico, Ratzel estuda a fase de transição por que passa o mundo, procurando atingir o que convencionamos chamar de "idade imperial" determinada pelas grandes potências, apressando-se a dominarem vastos espaços.

Citado pelo Brigadeiro Lysias Rodrigues, Cristovão Dantas conclui que o Brasil não se inscreve "evidentemente no rol das Nações que aspiram transbordar além do seu próprio espaço vital geográfico. Temos, sem dúvida alguma, uma forma de imperialismo que nos é imanente, e a qual devemos jurar fidelidade. É a de nos expandirmos dentro de nós mesmos e de erigirmos no Atlântico-Sul o tipo de Estado mais representativo e vigoroso da América Latina". Compete, portanto, ao Brasil procurar apoio no núcleo geo-histórico do Atlântico, transformando-o, em sua parte sul, num mar luso-brasileiro. Portugal se nos ofereceu essa posição oficializada através do Acôrdo de 7 de setembro de 1967 que criou a *Comunidade Luso-Brasileira*.

Foram firmados documentos que procuram entrosar economicamente o triângulo Brasil-Portugal-Províncias Ultramarinas. Recomendamos os últimos acordos a abertura de mercados livres com a criação de portos francos entre Brasil-Portugal e Províncias Ultramarinas. Na prática é ínfima a realidade

Segundo *BC-Semanal* n.º 378, os dados publicados pela CACEX indicam saldos negativos em nossas vendas para a África Portuguesa, cujos volumes, apesar de insignificantes, vêm, por outro lado, decaindo de ano para ano. Assim, o saldo negativo contra o Brasil subiu de 2 023 dólares em 1966, para 16 092 dólares em 1968; para Angola, que é o nosso maior comprador, vendemos 441 325 dólares (1966), registrando o ano de 1968, que nossas exportações para esta província baixaram para 362 756 dólares.

Por outro lado, as relações econômicas Brasil-Portugal são irrisórias. Antes da Primeira Guerra Mundial, segundo *The Economist* (9/7/1969), as exportações portuguesas para o Brasil representavam 20% das vendas totais de Portugal; em 1965 essa cifra baixava para 0,3%. Com a assinatura do Acôrdo de 7 de setembro de 1967 o intercâmbio ressuscitou, embora tímido, atingindo o índice de 1,1%; assim, as vendas portuguesas ao Brasil que, em 1965, eram de 45 milhões de escudos, chegaram, em 1968, a 221 milhões de escudos.

Concordamos com Garrido Tôrres quando aponta o Brasil fadado a ser herdeiro da mãe-pátria como nação comercial marítima. "O Brasil já começa a viver os grandes problemas de nação industrial, que precisa de mercados externos para suas manufaturas e fontes de matérias-primas que lhe faltam ou se mostram inadequadas e insuficientes."

Enquanto cruzamos os braços, de lado a lado, surgem agrupamentos supernacionais, as Comunidades Inglesa e Francesa, sob o impulso de trocas tecnológicas fundamentais, transformando-se em unidades político-econômicas de primeira ordem. É o regionalismo que se sobrepõe ao nacionalismo. A distribuição presente da língua, grupos étnicos e outros símbolos de afinidade cultural ainda existem para fortalecer a Comunidade Luso-Brasileira. Basta uma combinação marítima e aérea unindo pontos de apoio de tôdas as rotas comerciais e estratégicas de mares e continentes onde está presente o mundo luso-brasileiro.

(junho de 1970)